
37ª Reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC da Hydro

Aos trinta dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, às 14h47, de forma virtual, por meio da plataforma Zoom, realizou-se a 37ª Reunião do Comitê de Acompanhamento (CA) do **Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC)** da Hydro. Participaram da reunião os seguintes **membros do CA**: Procurador da República Igor de Lima Goettenauer de Oliveira, Ministério Público Federal (MPF), titular; José Edson Maciel, Alunorte Alumina do Norte do Brasil S/A, titular; Alessandra Stremel Pesce Ribeiro, Norsk Hydro Brasil, suplente; Jackeline Souza Sales, 2ª Representação da Sociedade Civil, titular; Amauri Wanderlei Franco Figueiredo, 5ª Representação da Sociedade Civil, titular interino; Rosa Maria Dias da Silva, 7ª Representação da Sociedade Civil, titular; Dilene Moreno Dorea, 7ª Representação da Sociedade Civil, suplente; Ivo Baia Torres, 8ª Representação da Sociedade Civil, titular interino; Maria das Graças Figueira Pereira, titular, e Hamilton José Moreira Caminha, suplente, 9ª Representação da Sociedade Civil; e Ereny dos Anjos Lima Barbosa, 10ª Representação da Sociedade Civil, suplente. Também estiveram presentes como **convidados**: Leonardo Neves (Hydro); Caetano Pontes Costanzo (Walm Engenharia e Tecnologia Ambiental); e Renata Ito Horioka (Walm Engenharia e Tecnologia Ambiental). Além destes participantes, esteve presente a equipe do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), na função de **Secretaria Executiva** do CA: Edane França Acioli, Paulo Vitor Pantoja Dias, Vanessa do Socorro da Silva e Uriens Ravena. **Justificaram ausência**: Bartira do Socorro dos Santos Silva, 3ª Representação da Sociedade Civil, titular interina, que estava em deslocamento; pelo Sindicato dos Químicos de Barcarena (Sindquímicos), Gilvandro Brígida, titular, e Marcos Lobato, suplente, por conta de compromissos de ordem pessoal; e Rosenilda Evangelista, 2ª Representação da Sociedade Civil, suplente, por motivos de ordem pessoal. Os membros e convidados receberam o convite formal, via e-mail, expedido pela Secretaria Executiva do Comitê, em 24 de julho de 2024, onde também constava a data desta reunião. Em seguida, foi declarada a abertura da 37ª Reunião do CA. Edane Acioli faz uma breve introdução com instruções acerca da dinâmica de reuniões em espaços virtuais, e comunica os seguintes informes: desde o início de junho, por conta do início do período de defeso eleitoral, a Secretaria Executiva interagiu com os membros do Comitê de Acompanhamento para tomar conhecimento se algum membro iria se candidatar para as eleições municipais de 2024; nos casos positivos, a Secretaria Executiva informou todos os procedimentos de afastamento temporário do CA. Em meados de julho, a Secretaria Executiva recebeu pedidos de afastamento para o pleito eleitoral e registra na reunião o nome de quem está se afastando e quem está assumindo interinamente as representações da Sociedade Civil. Edane Acioli comunica, então, os afastamentos temporários: afasta-se a Sra. Fátima Solange de Oliveira Góes, membro titular da 4ª Representação Sociedade Civil, assumindo como titular interino o Sr. Fabiano Azevedo Pereira; afasta-se o Sr. Rozemiro Gomes Sousa Brito, titular 5ª Representação Sociedade Civil, assumindo como titular interino o Sr. Amauri Vanderley Franco Figueiredo; afastam-se a Sra. Elidiane Marinho Cardim, titular, e a Sra. Cristiane Simões Baía, suplente da 6ª Representação Sociedade Civil,

assumindo como titular interina a Sra. Bartira do Socorro dos Santos Silva que, na sequência de suplência, é a 3ª suplente; afasta-se o Sr. Elizomar Barreto de Souza, titular da 8ª Representação Sociedade Civil, assumindo como titular interino o Sr. Ivo Baía Torres. A reunião tem como pauta os temas ordinários e um ponto principal: **1. Temas ordinários: 1.1. Aprovação da ata da 36ª Reunião (04/06/2024); 1.2. Atualização dos encaminhamentos** (1.2.1 Atualização sobre o item 6.3 do TAC, que trata sobre os recursos depositados no Fundo Estadual de Meio Ambiente [FEMA] e a transferência para o Fundo Amazônia Oriental [FAO]; e 1.2.2. Investimento de R\$ 8 milhões para criação e implantação de sistemas alternativos de tratamento e distribuição coletiva de água potável ou outra solução tecnicamente viável, item 2.1.4 do TAC); **2. Pauta principal: Apresentação da empresa Walm Engenharia e Tecnologia Ambiental, sobre os estudos ambientais, item 2.1.1 BDEF do TAC; 3. O que ocorrer e sugestão de pauta para a próxima reunião do CA.** Edane Acioli introduz o primeiro ponto de pauta, **1. Temas ordinários: 1.1. Aprovação da ata da última reunião**, informando que a Secretaria Executiva enviou a ata consolidada da 36ª reunião no dia 09 de julho de 2024, e que, até o momento, não havia recebido nenhum pedido de revisão do documento; pergunta aos membros se gostariam de fazer alguma revisão ou algum comentário adicional. Edson Maciel solicita, para si e para Alessandra Ribeiro, tempo adicional para leitura e considerações, por conta de seus respectivos períodos de férias terem coincidido com o tempo dado aos membros para leitura e aprovação da ata. Sem objeção dos demais membros, a Secretaria Executiva registra acatando a solicitação de tempo adicional por 15 dias; não havendo retorno com considerações para correção, a ata será considerada aprovada e será encaminhada para publicação. Edane Acioli segue para o próximo item da pauta, **1.2. Atualização dos encaminhamentos: 1.2.1. Atualização sobre o item 6.3 do TAC, que trata sobre os recursos depositados no FEMA em processo de transferência para o FAO.** Edane Acioli explica que o encaminhamento deste ponto de pauta na última reunião do CA foi que a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) ficou responsável pela apresentação do avanço do processo da transferência do recurso do FEMA para o FAO, além de apresentar uma resposta sobre a pendência da conta bancária que deveria ser aberta pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) para recebimento do recurso; a Semas também ficou responsável por convidar o Funbio para participar desta reunião do Comitê para apresentar um plano de trabalho e um cronograma. Edane Acioli registra que a Secretaria Executiva do CA entrou em contato com o representante da Semas no CA, o Sr. Marcelo Moreno, mas não obteve informações nem atualizações sobre a questão da transferência. A Secretaria Executiva tentou confirmação da presença da Semas na reunião por e-mail, com cópia para os signatários e para o Funbio (inclusive para seu representante, o Sr. Manoel Serrão), mas não houve retorno. Assim, Edane Acioli registra a ausência da Semas, sem justificativa, e a falta de retorno sobre as atualizações registradas em encaminhamento para o Comitê. Jackeline Sales pergunta se o documento que o Funbio estava solicitando para se resguardar da transferência do recurso foi elaborado pela Semas. Edane Acioli relembra que, o Sr. Marcelo Moreno e o Sr. Fabrício Drago Pinho informaram, durante a 36ª reunião do CA, que o Funbio solicitou um documento adicional da Secretaria da Fazenda do Estado do Pará (SEFA), antes de abrir a conta bancária para recebimento do recurso; e sobre a elaboração deste documento, Edane Acioli responde que não há atualização formal da Semas sobre o documento, nem sobre a abertura da conta pelo Funbio. O Procurador Igor de Oliveira

informa que, também tentou contato com a Semas, bem como convidou a Secretaria para uma reunião das partes signatárias ocorrida na semana anterior à 37ª reunião do CA, mas o órgão não respondeu ao convite e não compareceu. Igor de Oliveira registra a ausência da Semas a partir de todos os convites que foram feitos e sugere como encaminhamento que seja feita uma manifestação (um ofício, por exemplo) do Comitê de Acompanhamento para requisitar a presença e a prestação de informações da Semas nas reuniões do CA. Edane Acioli registra a sugestão e informa que a Secretaria Executiva irá elaborar uma comunicação oficial do Comitê solicitando o status dos procedimentos da transferência e demais informações pertinentes do processo; registra-se, por fim, que o CA não teve respostas, presença ou justificativa de ausência da Semas. O próximo ponto de pauta é: **1.2.2. O investimento de R\$ 8 milhões para criação e implantação de sistemas alternativos de tratamento e distribuição coletiva de água potável ou outra solução tecnicamente viável, item 2.1.4 do TAC.** Edane Acioli passa a palavra ao Ministério Público Federal para conduzir a pauta. Igor de Oliveira relembra a questão da assinatura do Termo de Colaboração entre as partes, envolvendo signatários, Prefeitura de Barcarena e Águas de São Francisco para o projeto de expansão do abastecimento de água. Igor de Oliveira também relembra ter sido um processo longo e de muitos desafios, mas que se avançou com a assinatura do documento. O procurador explica que, quando o MPF passou a cobrar a Prefeitura Municipal de Barcarena para que ela apresentasse um cronograma de execução das obras (tanto um cronograma físico quanto orçamentário) para a concretização do projeto de expansão do abastecimento da água, tentando agendar uma reunião presencial em Barcarena para tratar do assunto, recebeu uma comunicação inesperada no final de junho, por meio de um ofício da Prefeitura de Barcarena de que esta não teria mais interesse no cumprimento do Termo de Colaboração; informando, ainda, que a Prefeitura de Barcarena irá antecipar o calendário de instalação da rede para fornecimento de água no município por seus próprios recursos. Assim, a Prefeitura se manifestou pela impossibilidade de manutenção do Termo de Colaboração. O procurador do MPF informa, então, que assim que tomou conhecimento da comunicação da Prefeitura, iniciou a busca por alternativas; reuniu-se com uma equipe de engenharia da Universidade Federal do Pará (UFPA) em busca de soluções tecnológicas para a questão de fornecimento da água, e a UFPA apresentou ao MPF uma possibilidade que talvez atenda às necessidades dos interessados; tal contato do MPF com a UFPA ocorreu pouco tempo antes da 37ª reunião do CA. Igor de Oliveira informa também que a equipe da universidade está em contato com a equipe de engenharia da Hydro para uma apresentação técnica da alternativa, visando uma avaliação de questões técnicas e de viabilidade. Assim, o procurador do MPF reforça que atualmente, os signatários ainda não têm uma alternativa definida que substitua o Termo de Colaboração com a Prefeitura de Barcarena; qualquer alternativa apresentada, será avaliada e entrará em discussão. Diante desse cenário, Igor de Oliveira coloca o Ministério Público Federal à disposição para ouvir alternativas e possibilidades que sejam apresentadas pela própria sociedade civil no âmbito do Comitê de Acompanhamento, pois, como se trata de uma fase de tomada de decisões, o Procurador convida a sociedade civil para tomar parte dessa discussão e para apresentar alternativas que eventualmente conheçam ou que achem adequadas para alcançar a finalidade dessa cláusula do TAC, referente ao fornecimento de água. Igor de Oliveira informa que a decisão não cabe apenas ao MPF, e será tomada em conjunto com as outras partes signatárias e também com os membros do CA. A sugestão do Procurador é que se a

Prefeitura já irá garantir à população urbana, o acesso à água, por meio do contrato de concessão já existente entre ela e a Águas de São Francisco, então, o foco do TAC poderia ser a população das ilhas, que possivelmente não será atendida pela Águas de São Francisco; mas o Procurador reforça que sua consideração também depende de uma série de soluções técnicas e práticas para que seja viável. Para que sejam indicadas soluções viáveis nesse tema, Igor de Oliveira esclarece que se precisa levar em consideração duas metas de solução: **primeiro**, que seja uma solução com finalidade, utilidade e respaldo públicos, pois não é viável uma solução particularizada que atenda poucos indivíduos/famílias; **segundo**, que seja uma solução efetiva e rápida, na medida em que seja viável e contemple a população em um prazo de tempo razoável, que não seja um prazo extenso. Jackeline Sales pede a palavra e comenta que a sociedade civil viu propagandas governamentais de recursos recebidos pela Prefeitura de Barcarena, mas alega que ainda não se iniciou nenhuma obra de água e esgoto, e que não tem informações sobre cronogramas para tais execuções; ela argumenta que isso gera questionamentos por parte das comunidades, que questionam em quanto tempo a Prefeitura e a Águas de São Francisco farão as referidas obras. Jackeline Sales parabeniza os signatários pela iniciativa de buscar novas alternativas para o abastecimento de água com o recurso do TAC, mas relembra que em anos anteriores, a sociedade civil questionou perante o CA o porquê do acordo com a Águas de São Francisco ter sido a única alternativa apresentada pelos signatários à época. Com relação à alternativa apresentada pela UFPA, Jackeline Sales questiona se a universidade pode assinar contratos, caso seja uma alternativa viável, e se há algo que possa dar segurança de que o projeto da UFPA é viável para a realidade local. Igor de Oliveira responde que a UFPA, possivelmente tem tecnologias que possam ser adaptadas ou utilizadas no território de Barcarena, em especial pensando nas comunidades distantes, nas comunidades ribeirinhas das ilhas com um sistema local de bombeamento e filtragem da água; entretanto, há dificuldades em firmar de imediato essa alternativa porque ainda não se sabe se é possível escalar essa tecnologia para atender um grande quantitativo de pessoas, ou seja, expandir essa tecnologia em um prazo razoável pra atender um número razoável de pessoas a partir do orçamento que existe. Com relação ao primeiro questionamento de Jackeline Sales, Igor de Oliveira responde que é possível assinar acordos com a UFPA, por meio da Fundação de Pesquisa e Amparo à universidade, uma instituição privada que tem personalidade jurídica de direito privado; então, do ponto de vista burocrático, é possível a formalização do acordo. Jackeline Sales pergunta se é possível os representantes do CA receberem uma cópia do ofício da Prefeitura de Barcarena enviado ao MPF para que seja repassado às lideranças comunitárias. Igor de Oliveira responde que sim; e reforça que há essa conversa com a UFPA, mas que o MPF também está mantendo conversas com outros atores e parceiros para pensar planos alternativos ao projeto da UFPA. Edane Acioli contribui com a pauta citando a solução criada no âmbito do governo federal com o Programa Cisternas, do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), executado no Nordeste há algumas décadas. Nesse sentido, Edane informa que o IEB tem implementado projetos e ações com relação à abastecimento de água para populações ribeirinhas em seus outros contratos; um deles é um projeto com a Fundação Banco do Brasil de abastecimento de água no Marajó, em áreas ribeirinhas de Portel e Breves, onde o IEB tem a instalação de quatro unidades de captação coletiva de água para escolas e postos de saúde, e mais 200 unidades individuais de abastecimento de água para famílias; se trata de uma solução já

reconhecida nacionalmente, que tem registros e prêmios de tecnologia social de captação de água da chuva, dentro dessa lógica que iniciou no Nordeste com o Programa Cisternas. Edane Acioli indica esta como uma alternativa a ser avaliada pelo CA e pelos signatários, uma vez que as instalações já estão prontas e o IEB pode compartilhar a experiência com o Comitê. Igor de Oliveira concorda e sinaliza positivamente para essa alternativa e sugere que o IEB compartilhe esse projeto com a equipe técnica da Hydro, que acompanha esse item do TAC. A partir da sugestão, Edane Acioli registra o encaminhamento de compartilhar esse projeto do IEB com a equipe da Hydro para avaliação de viabilidade. Na finalização da pauta, Jackeline Sales comenta que viu uma problemática acontecer em muitas comunidades de Barcarena: tais áreas são abastecidas por poços cavados pela própria comunidade, que montou suas próprias estruturas individuais de abastecimento; posteriormente, a concessionária Águas de São Francisco assumiu tais estruturas de abastecimento sem tê-las instalado e as colocou em seu cálculo como área contemplada pela concessionária. Jackeline Sales expõe sua dúvida: caso seja instalada uma solução de abastecimento de água pelo recurso do TAC nas ilhas, fornecendo água de forma gratuita, **é possível que – por conta da jurisdição do poder executivo municipal – a Prefeitura alegue que a estrutura implantada através do TAC deva passar para o controle da Prefeitura gerando impostos e tarifas a serem pagas pelos comunitários?** Edane Acioli registra a **dúvida para entrar nas análises dos signatários** e, posteriormente, fornecerem resposta. Edane Acioli segue para o próximo ponto de pauta, **2. Apresentação da empresa Walm Engenharia e Tecnologia Ambiental, sobre os estudos ambientais, item 2.1.1 BDEF do TAC.** A Walm, vencedora do processo licitatório para realizar tais estudos, recebeu e aceitou o convite do Comitê de Acompanhamento para fazer a apresentação do status dos estudos e de seu plano de trabalho que irá desenvolver. Quem apresenta a Walm é o Sr. Caetano Pontes Costanzo, geólogo, doutor em Hidrogeologia e Passivos Ambientais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), que atua na área de consultoria ambiental e na Walm desde 2004. Caetano Pontes inicia a apresentação da empresa Walm Engenharia e Tecnologia Ambiental Empresa com 32 anos no mercado com experiências nos setores de licenciamento ambiental, execução de programas de monitoramento, relacionamento socioambiental e gerenciamento de passivos ambientais. Trabalha com projetos de engenharia em barragens, barragens de rejeito, projetos hidráulicos, cálculo de reserva mineral, programas de educação ambiental, etc. É uma empresa creditada pelo INMETRO na norma 17025, além de possuir as normas 9001 e 14001. A Walm possui uma equipe multidisciplinar de cerca de 200 funcionários no total. Caetano Pontes relata que a Walm procurou acervar os projetos finalizados nos respectivos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia (CREAs) nos estados onde atuou. Caetano Pontes explica o processo de gerenciamento de áreas contaminadas trabalhado pela Walm: tal processo é dividido em etapas, cuja principal ideia é de que a finalização de uma etapa seja o início da etapa subsequente; o objetivo disso é não perder o passo a passo necessário para se chegar ao resultado final da análise, para que não se chegue na etapa de remediação sem saber a substância química de interesse, ou sem saber o que realmente pode trazer risco à saúde humana ou risco ecológico. Essa divisão por etapas foi regulamentada pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), seguindo diretrizes da *Environmental Protection Agency* (EPA) (em português: Agência de Proteção Ambiental, órgão dos Estados Unidos). Caetano Pontes explica as fases do gerenciamento de áreas contaminadas:

avaliação ambiental preliminar; avaliação ambiental confirmatória; avaliação ambiental detalhada; avaliação de risco à saúde humana; avaliação de risco ecológico; e plano de intervenção para áreas contaminadas com base nas investigações. A partir do momento dos planos de intervenção, a consultoria estabelece medidas de engenharia, medidas institucionais ou medidas de remediação, sempre com base no risco à saúde humana, na tentativa de controlar esse risco com essas medidas (por exemplo, o monitoramento das águas). A partir dessa explicação, Caetano Pontes posiciona, então, o escopo do contrato da Walm com a Hydro, em atendimento ao **item 2.1.1 do TAC, subitens BDEF**: 1) o primeiro é avaliação da qualidade dos solos e das águas superficiais, a fim de identificar possível contaminação derivada de efluentes descartados sem tratamento; 2) a avaliação ambiental da Bacia do Rio Murucupi, considerando as etapas previstas no Manual de Gerenciamento de Águas Contaminadas da CETESB e na Resolução CONAMA 420; 3) estudo de limnologia e ictiofauna do Rio Murucupi e dos seus igarapés Água Verde, Pramajozinho e Tauá; e 4) estudo de sedimentos do Rio Murucupi e dos igarapés Água Verde, Pramajozinho e Tauá. Os estudos iniciarão conforme a legislação, com o desenvolvimento de uma avaliação ambiental preliminar, que é a primeira etapa do gerenciamento de áreas contaminadas. Caetano Pontes relata que o plano de trabalho da Walm, para atender o item 2.1.1 BDEF, já foi proposto e aprovado pelos signatários do TAC; e as atividades do Plano serão realizadas com base na norma técnica da ABNT NBR 15.515-1:08, que diz respeito a passivo ambiental em solo e água subterrânea. Antes da execução do plano de trabalho, Caetano Pontes informou que a Walm, até o momento, realizou a inspeção técnica necessária para a avaliação ambiental preliminar com uma visita *in loco*, em campo, para identificar áreas potenciais, suspeitas ou até mesmo já contaminadas. Especificamente no que diz respeito à primeira etapa do estudo, a **avaliação ambiental preliminar**, Caetano Pontes explica com mais detalhes: a proposta seria, ao longo do tempo, investigar no presente e passado, as fontes de contaminação; por se tratar de um estudo investigativo, sem medidas diretas de campo, são apenas coletadas informações das inspeções, das entrevistas que serão feitas nas inspeções com a sociedade civil, com funcionários da usina, ou da indústria, ou do aterro etc.; a partir dessa coleta, as informações relevantes serão reunidas aos dados sobre aspectos do meio físico, como geologia, hidrogeologia, uso e ocupação do solo, recursos hídricos superficiais; essa reunião de dados terá como base uma análise multitemporal de fotografias aéreas, o que define o primeiro modelo conceitual da área para o processo de gerenciamento de passivo ambiental, chamado de **modelo conceitual inicial** (em mapa, tabela e texto), com algumas figuras em que aparecem marcadas as áreas potencialmente suspeitas ou contaminadas. Ou seja, é realizada a caracterização dos aspectos geológicos, pedológicos e hidrogeológicos, bem como a caracterização do uso e ocupação do solo na área e no seu entorno tanto atualmente como no passado, uma vez que há fontes de contaminação que não são vistas hoje, mas ocorreram no passado ou em um passado distante; por isso a necessidade de avaliar as áreas temporalmente, via fotografia aérea e imagem de satélite. Esse é o primeiro produto com uma definição geral de áreas fontes de contaminação; a partir da detecção dessas áreas fontes, para cada uma delas será definido um plano de investigação, correspondente à segunda etapa, que é a investigação ambiental confirmatória. Caetano Pontes explica que na etapa de **investigação ambiental confirmatória**, há a medida direta do meio ambiente subterrâneo a partir de amostragem de águas subterrâneas, amostragem de solo,

amostragem de sedimento (se for o caso), amostragem de água superficial etc. para confirmar se uma área é ou não fonte de contaminação; se não confirmar, a área fonte é descartada e descaracteriza o potencial de contaminação dessa área; se confirmar, parte-se para a terceira etapa, sendo que a confirmação acontece quando uma substância química de interesse é encontrada e ultrapassa o valor orientador estabelecido em lei. A **terceira etapa** de investigação é chamada de **investigação ambiental detalhada**, pois procura detalhar a contaminação tanto em volume como em massa e em área; a partir desses dados, se avalia o risco à saúde humana. Finalizada a apresentação da Walm pelo Sr. Caetano Pontes, Edane Acioli abre o espaço para manifestações. O Sr. Ivo Torres pede a palavra para expor suas questões e pergunta: como saber se não houve uma dissolução dos agentes contaminantes nas águas? Se a água não foi diluída ao longo de todo o tempo em que os estudos estavam sendo aguardados? Caetano Pontes responde que, quem apresentará tais informações serão os laudos analíticos, bem como todo o processo relatado anteriormente. Caetano Pontes conta que, se for feito de maneira rígida e correta em seu passo a passo (desde a avaliação ambiental preliminar até o detalhamento de possíveis contaminações), com métodos e atributos para diminuir incertezas, o conjunto das informações obtidas em investigações diretas e indiretas irá dizer se hánexo de causa e efeito entre fontes de contaminação e substâncias químicas de interesse encontradas nas matrizes ambientais. Caetano Pontes também explica que o processo de avaliação ambiental preliminar, por mais que não ofereça um laudo técnico imediato alegando a presença ou não de metal no solo, ele é muito importante para mostrar uma relação de causa e efeito, bem como é importante para guiar o gerenciamento ao longo do tempo até uma possível remediação, pois é essa avaliação preliminar que indica as áreas fontes e o que elas podem ter causado de problema para o meio ambiente; com isso, é possível investigar de fato o que o meio ambiente recebeu de prejudicial dessas áreas fontes. Ivo Torres pergunta também sobre a confiabilidade dos estudos, devido à desconfiança da sociedade civil. Caetano Pontes assegura que a empresa segue rigorosos procedimentos metodológicos, uma vez que, responde às entidades de controle ambiental, aos órgãos legisladores, bem como, a equipe de profissionais responde técnica e na esfera civil pelos relatórios e laudos; assim, em cada estudo produzido durante as etapas, consta em anexo uma declaração de responsabilidade assinada pelo responsável técnico da Walm. Tais informações são depositadas nos respectivos CREAs junto aos estudos. Amauri Figueiredo pergunta se quando a equipe da Walm for visitar as comunidades, ela terá um acompanhamento das lideranças do Comitê, ou de outras pessoas que estão ligadas diretamente a essas comunidades. Amauri explica de um acompanhamento no sentido de participação ou mesmo em parceria com os presidentes de centros comunitários de comunidades ou associação de moradores, por exemplo; Amauri Figueiredo reforça sua pergunta afirmando ser importante a participação dos comunitários nas atividades de campo da auditoria, pois os moradores locais (como pescadores e ribeirinhos) possuem amplo conhecimento dos possíveis focos de contaminação ou de áreas potencialmente afetadas. A partir da pergunta de Amauri Figueiredo, Edane Acioli reforça o entendimento de que existe um fluxo do Comitê de Acompanhamento – que foi registrado há alguns anos – de que as auditorias e estudos que forem contratados dentro dos itens do TAC terão uma apresentação em reunião do CA, bem como terão oportunidade de acompanhar ações ou atividades em campo da auditoria, caso o estudo em específico preveja tais ações em campo. Edane Acioli esclarece que, entretanto, a questão de Amauri Figueiredo é mais

ampla, pois se trata de um acompanhamento da própria comunidade, realizada por outros atores do entorno que não são membros do CA. Caetano Pontes responde positivamente, informando que a empresa Walm não se opõe ao acompanhamento de líderes comunitários ou outros representantes sociais. Em seguida, Edane Acioli lê as questões enviadas pelo chat da plataforma: Ereny Barbosa, habitante da região das ilhas de Barcarena, pergunta quanto tempo leva aproximadamente para se obter o resultado dessa investigação? Caetano Pontes responde que a estimativa é de cerca de um ano. Rosa Maria Dias faz duas perguntas: quanto tempo é o contrato da consultoria? Depois de um ano é que sairá o resultado dos estudos? Caetano Pontes responde que não recorda, mas crê que o contrato seja de um ano; e que os resultados dos estudos saem aos poucos, ao final de cada etapa que vai sendo concluída. Após as questões, Igor Oliveira reforça a grande expectativa dos signatários e da sociedade civil com relação ao início dos estudos da Walm. O Procurador agradece a apresentação da empresa e informa da possibilidade de convidar a Walm mais vezes para reuniões do CA, caso seja necessário esclarecer novas dúvidas, bem como reforça que a sociedade civil se apodere das informações apresentadas pela Walm e repasse às suas comunidades. Edane Acioli agradece a apresentação e a presença da Walm; e Caetano Pontes agradece a oportunidade de apresentar a empresa e o escopo da referida contratação. Edane Acioli encerra a pauta e segue para a última, **3. O que ocorrer e sugestão de pauta para a próxima reunião do CA.** Edane Acioli abre o espaço para as manifestações dos presentes. Amauri Figueiredo informa que se afastará dos encontros presenciais do CA devido a problemas de saúde, mas que estará presente nas reuniões virtuais. Com relação à pauta da próxima reunião do CA, Edane Acioli relembra que já havia um registro de pauta, que é a apresentação da outra empresa contratada, a Tractebel Engenharia; também sugere a pauta pendente que não foi tratada na 37ª reunião, que é a pauta do recurso em processo de transferência do FEMA para o FAO. Edane Acioli pontua que, como o item da água está em aberto, sempre pode haver atualizações em próximas reuniões, então sugere que fique como permanente de atualizações; em caso de haver tratativas mais extensas, a Secretaria Executiva irá dialogar com o CA para dedicar mais tempo a essas atualizações, mas, inicialmente, fica como item de atualização dos encaminhamentos. Os participantes se manifestam positivamente para a sugestão da Secretaria Executiva e concordam com os temas sugeridos como pautas da 38ª reunião do CA. Dessa forma, a pauta da próxima reunião do CA será: **1) Atualização de Itens do TAC, 1.1) Atualização sobre o item 6.3 do TAC, que trata sobre o pagamento das multas depositadas no FEMA em processo de transferência para o FAO e atualização do item 2.1.4, referente à solução de abastecimento de água; e 1.2) Apresentação da empresa Tractebel Engenharia,** empresa contratada para auditoria da segurança do processo produtivo, item 4.1. A próxima reunião fica agendada para o dia 24 de setembro de 2024, às 14h30. Após as manifestações dos presentes, a reunião foi encerrada, às 16h35. O IEB, na condição de Secretaria Executiva, lavrou a presente ata.